

## **Capitalismo cognitivo, trabalho imaterial e *generall intellect***

Mauricio Siqueira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Pretende-se contribuir para os estudos acerca da economia criativa propondo-se uma via de superação da dimensão meramente econômica. Trata-se de lidar com uma forma específica de trabalho que dá conteúdo particular à economia criativa, isto é, o chamado trabalho imaterial. Essa abordagem permite derivações teóricas, no que diz respeito aos respectivos sujeitos sociais e pessoais, às formas de consciência social e de subjetividade, às relações de poder e à verificação das tendências do capitalismo cognitivo que demarcam esse tipo de economia. Para tanto, pretende-se expor uma leitura de passagens dos *Grundrisse* de Marx referentes aos conceitos de capital fixo e *generall intellect*.

**PALAVRAS-CHAVES:** trabalho imaterial; *generall intellect*; capital fixo; economia criativa; capitalismo cognitivo.

## **Cognitive Capitalism, immaterial labor and *generall intellect***

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to contribute to the studies of the creative economy, suggesting a way to overcome the mere economics dimension. It is a matter of dealing with a specific labor form which gives substance to the creative economy, that is to say the immaterial labor. This article allows theoretical links to understanding the social and personal subjects, social awareness and its subjectivities, the power relationships and the tendencies of cognitive capitalism. In order to do this, we intend to present an interpretation of passages of Marx's *Grundrisse* that concern the concepts of fixed capital and *generall intellect*.

**KEYWORDS:** immaterial labor; *generall intellect*; fixed capital; creative economy; cognitive capitalism.

Constata-se no mundo atual um crescimento singular dos índices que expressam a participação da economia criativa no conjunto de atividades econômicas das principais metrópoles do capitalismo cognitivo. Nesse contexto, destacam-se as atividades ligadas diretamente à cultura, seja em sua dimensão simbólica, de cidadania ou diretamente econômica. O tratamento dispensado ao tema da economia criativa tem se limitado quase sempre aos aspectos econômicos superficiais, à constatação de crescimento desse tipo de atividade nas principais economias do mundo atual. Para quem pretende elaborar

---

<sup>1</sup> Sociólogo, pesquisador do Setor de Estudos de Política Cultural, da Fundação Casa de Rui Barbosa. E-mail: mauricio@rb.gov.br

e gerir políticas públicas de cultura, no entanto, convém ir além dessas fronteiras. Falar em trabalho da cultura implica considerar o capitalismo das redes, os movimentos culturais, conceitos de classe, povo e multidão, entre outros.

O presente texto busca abordar o tema das indústrias criativas propondo uma via de superação da dimensão meramente econômica. Trata-se de lidar com uma forma específica de trabalho que dá conteúdo particular à economia criativa, isto é, o chamado trabalho imaterial. Essa abordagem pode ser um caminho rico em derivações, ao menos teóricas, no que diz respeito aos respectivos sujeitos sociais e pessoais, às formas de consciência social e de subjetividade, às relações de poder e à verificação das tendências do capitalismo cognitivo que demarcam esse tipo de economia.

A continuidade das reflexões acima apresentadas encontra um fio condutor nas relevantes contribuições trazidas ao Brasil pelo pesquisador Giuseppe Cocco na década de 1990. Cocco trouxe para o debate os trabalhos de Antonio Negri, Maurizio Lazzarato, Paolo Virno e outros. O contexto desses textos era a discussão na França sobre temas tais como reestruturação da produção, crise do trabalho fordista e as consequentes revoluções ocorridas no mundo do trabalho. São polêmicas que têm como plano de fundo a década de 1960 na Itália, notadamente no interior da corrente denominada *operaismo*.

No que se refere ao Brasil, Cocco dialogou com autores como Sergio Lessa, Ricardo Antunes, José Luis Fiori, entre outros. O foco da discussão era o entendimento do **trabalho imaterial e trabalho produtivo**, sempre tendo como referência mais distante os escritos marxianos do sistema da crítica da economia política, podendo, mesmo, falar de uma atualização da crítica social marxista.

Entre a bibliografia aqui tratada, cabe destaque para Trabalho Imaterial: Formas de Vida e Produção de Subjetividade, que reúne textos de Antonio Negri e Maurizio Lazzarato (2001), além de uma importante introdução redigida por Giuseppe Cocco.

Negri e Lazzarato (2001, p. 26), qualificam o trabalho despendido pelo operário contemporâneo como sendo uma "atividade abstrata ligada à subjetividade", embora com a ressalva de que essa qualificação vai além dos operários qualificados, aplicando-se também aos demais trabalhadores produtivos na época do capitalismo cognitivo. Se essa qualidade já está presente no trabalhador qualificado, ela se apresenta como virtualidade no trabalhador precário, no qual já estão presentes "todas as características da subjetividade produtiva pós-industrial" (NEGRI e LAZZARATO, 2001, p. 26). Para essa incorporação de um "modelo comunicacional" contribuíram não apenas as lutas

dos operários contra o modelo fordista, mas também os processos de auto-valorização cultural característicos dos moldes atuais do modelo capitalista. Em suma, estamos falando de um trabalhador "imaterial", intelectual, afetivo, relacional, linguístico.

Ao falarmos de indústrias criativas e do lugar estratégico ocupado pelo trabalho imaterial nas economias contemporâneas, estamos considerando que "a integração do trabalho imaterial no trabalho industrial e terciário torna-se uma das principais fontes da produção e atravessa os ciclos de produção definidos precedentemente, que por sua vez a organizam" (NEGRI e LAZZARATO, 2001, p. 26). A partir da década de 1970, as lutas operárias e sociais tornaram evidente essa transformação, sendo que autores como Negri e Lazzarato chegam à conclusão de que nesse processo histórico "o trabalho imaterial tende a tornar-se hegemônico, de forma totalmente explícita" (NEGRI e LAZZARATO, 2001, p. 27).

A partir de uma leitura dos *Grundrisse*<sup>2</sup>, especificamente das partes intituladas "Contradição entre a base da produção burguesa (medida do valor) e seu próprio desenvolvimento. Máquinas etc." e "Significado do desenvolvimento do capital fixo" (MARX, 1973b, p. 227-236), Negri e Lazzarato (2001, p. 30) concluem que:

[...] quando o trabalho se transforma em trabalho imaterial e o trabalho imaterial é reconhecido como base fundamental da produção, este processo não investe somente a produção, mas a forma inteira do ciclo 'reprodução-consumo': o trabalho imaterial não se reproduz (e não reproduz a sociedade) na forma de exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade (NEGRI e LAZZARATO, 2001, p. 30).

Na esteira das contribuições marxianas, notadamente nos *Grundrisse*, a sociedade pós-fordista pode ser caracterizada a partir de suas tendências, no que se refere aos novos aspectos do trabalho:

- 1) O trabalho se transforma integralmente em trabalho imaterial e a força de trabalho em 'intelectualidade de massa' (os dois aspectos que Marx chama de *Generall Intellect*);
- 2) A intelectualidade de massa pode transformar-se em um sujeito social e politicamente hegemônico (NEGRI e LAZZARATO, 2001, p. 27).

Uma síntese desses desdobramentos da consideração teórica dispensada aos conceitos de trabalho imaterial e *generall intellect* encontra-se em recente entrevista

---

<sup>2</sup> *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie* (Marx, 1973).

concedida por Antonio Negri, que por sua importância merece ter aqui reproduzida uma de suas conclusões:

Creio efetivamente que a possibilidade de se liberar do comando capitalista seja mais forte para o trabalhador imaterial do que para o trabalhador de outrora. O que não significa que o trabalhador imaterial, intelectual, afetivo, relacional ou linguístico tenha sido, em si, libertado. Pelo contrário, por essa realidade humana ter se tornado mais potente, a escravidão pode ser ainda mais forte. Não tenho dúvidas sobre isso. Mas, veja, é o capital, é o comando capitalista que está em crise diante do trabalho imaterial. Está em crise por um motivo muito simples: porque o capital, na sua história, nasce e se desenvolve fornecendo um serviço que é o capital fixo. São os instrumentos, são as máquinas. Hoje, os instrumentos e as máquinas foram aos poucos sendo adquiridos pelos trabalhadores. Portanto, a relação com o capital não é mais uma relação necessária. Não precisamos mais de patrões porque a nossa transformação antropológica nos permitiu assumir funções que arrancam ao capital a sua capacidade de organização. O capital organizava através das máquinas, do saber e da atividade. Hoje, o saber foi arrancado ao capital. Digo isso de modo genérico, cada uma dessas afirmações deve provocar uma verificação prática, uma análise específica. O saber não funciona mais como parte do capital fixo, mas da força de trabalho (NEGRI, 2009, p. 7).

Como podemos constatar, as bases teóricas das elaborações feitas por Negri, Lazzarato e outros têm como matriz mais distante os textos de Marx nos *Grundrisse*, notadamente aqueles, já mencionados acima, que se referem aos conceitos de capital fixo e de *generall intellect*. Infelizmente ainda não dispomos no Brasil de uma edição em português dos *Grundrisse*, o que nos leva a acreditar que o presente texto também possa estar somando esforços aos leitores interessados naqueles importantes escritos de Marx, uma vez que pretendemos, a seguir, retomar aquelas passagens do filósofo alemão que estão na base da presente discussão. Para tanto, utilizamos as versões em espanhol e o original em alemão. Daí, também, a relevância das várias citações que apresentamos.

### **Capital fixo e *generall intellect* nos *Grundrisse***

As conclusões de Marx a respeito da aplicação tecnológica da ciência no processo de desenvolvimento das forças produtivas representam o resultado de um esforço de exposição marcado por grandes dificuldades de sistematização nos *Grundrisse*. Nesta obra, o ponto de partida que nos interessa é a análise do capital fixo

como sendo este a medida de aferição do grau de desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico numa determinada sociedade de economia capitalista, bem como a análise da transposição das forças do trabalho social em forças do capital.

No processo de produção do capital, “o meio de trabalho experimenta diversas metamorfoses, a última das quais é a **máquina** ou, mais precisamente, um **sistema automático de maquinaria**” (MARX, 1973b, p. 218). Na qualidade de sistema automático, a máquina é “colocada em movimento por um autômato, por uma força motriz que move a si mesma” (MARX, 1973b, p. 218) e, desse modo, ela fica independente dos limites da força de acionamento animal e humana. Essa potência da produção que pode se automover e que possibilita uma produção em massa, na qual “desaparece no produto qualquer relação com a necessidade imediata do produtor e, por conseguinte, com o valor de uso imediato” (MARX, 1973b, p. 220), funciona tão somente em mãos do **trabalho social**, isto é, “a máquina não aparece em nenhuma relação enquanto meio de trabalho do trabalhador individual” (MARX, 1973b, p. 218). O poder dominante, neste caso, não é mais a habilidade do trabalhador, já que o processo de produção em seu conjunto tornou-se uma aplicação consciente da ciência, isto é:

Todo o processo de produção (...) não aparece como estando submisso à habilidade direta do trabalhador, senão como sendo uma aplicação tecnológica da ciência. Dar à produção um caráter científico (...) é a tendência do capital, reduzindo-se o trabalho a um mero momento desse processo (MARX, 1973b, p. 221).

Devido à organização objetiva do curso da produção, ou seja, devido à separação do processo em fases complementares, à aplicação da química, da mecânica etc., sem levar em conta a habilidade dos indivíduos, a atividade do trabalhador assume um caráter diferente, uma vez que ela não mais se confunde com o modo particular de dispêndio de trabalho, “o trabalho já não aparece tanto como recluso no processo de produção, senão que muito mais o homem se comporta como supervisor e regulador com respeito ao próprio processo de produção” (MARX, 1973b, p. 228). Desse modo, o homem “se apresenta à margem do processo de produção, em vez de ser seu agente principal” (MARX, 1973b, p. 228).

No entanto, esta é apenas **uma das faces** do caráter modificado da atividade produtiva, pois a transformação do meio de trabalho em maquinaria não tem por finalidade facilitar ou encurtar a atividade do trabalhador, mas sim produzir valor, isto é,

o capital, “por meio da máquina (...), despoja do trabalho toda a sua independência e caráter atrativo” (MARX, 1973b, p. 224). “Na forma pela qual se produz o produto e sob as circunstâncias sob as quais se produz, já está posto que ele só é produzido enquanto portador de valor e que seu valor de uso não é nada mais do que uma condição para isso.” (MARX, 1973b, p. 220). Sob essas condições, a maquinaria aparece como sendo uma encarnação da apropriação de trabalho vivo através de trabalho objetivado, quer dizer, como dominação do trabalho morto sobre o trabalho vivo:

Na maquinaria, o trabalho objetivado se confronta materialmente com o trabalho vivo como sendo um poder que o domina e como subsunção ativa do segundo ao primeiro, não só através da apropriação do trabalho vivo, como também no próprio processo real de produção (MARX, 1973b, p. 220).

Isso significa que a unidade do processo produtivo em seu conjunto está representada pela maquinaria ativa e não pelos produtores vivos e, por isso, o conhecimento e a destreza dos cérebros humanos, que são acumuladas nas máquinas através do desenvolvimento das forças produtivas, não aparecem nem mesmo como um lado meramente objetivado do corpo coletivo de trabalho que gerou órgãos materiais para se apropriar da natureza, mas sim como uma “qualidade do capital, mais precisamente do **capital fixo**, na medida em que este ingressa no processo produtivo como sendo o verdadeiro meio de produção” (MARX, 1973b, p. 220).

Nesse estágio histórico, a ciência se apresenta como algo totalmente autonomizado e estranho ao produtor direto:

A ciência, que obriga os membros inanimados da máquina, através de sua própria construção, a operar como autômatos, conforme um certo fim, não existe na consciência do trabalhador, senão que opera através da máquina, como poder alheio, como poder da própria máquina sobre ele (MARX, 1973b, p. 219).

Nesse sentido é que o trabalho vivo aparece como algo irrelevante frente à maquinaria ou ao conhecimento científico objetivado, ou seja, como um mero acessório da máquina e regulado pelos movimentos desta e não o contrário. Essa situação do produtor direto, na qual ele é um apêndice da máquina, é **contraditória** com aquela função dele como supervisor e regulador do processo produtivo, e essa contradição expressa dois lados antagônicos da atividade do trabalho sob o sistema de máquinas.

Observamos também nos *Grundrisse* que, na medida em que Marx considera a maquinaria já como um sistema automático, ou seja, em sua configuração avançada, sem diferenciar teoricamente a ferramenta e a máquina, ele localiza a diferença específica da máquina diretamente - sem mediações - no caráter do trabalho que é modificado por ela, apesar de que a alteração da atividade do trabalho deve ser desenvolvida teoricamente a partir da alteração do próprio meio de trabalho e não o inverso, como o reconhece o próprio Marx:

Sua *differentia specifica* de nenhum modo é, como no caso do meio de trabalho, aquela de transmitir ao objeto a atividade do trabalhador, senão que esta atividade está posta de maneira tal que não faz mais do que transmitir à matéria-prima o trabalho ou a ação da máquina, a qual ela vigia e preserva contra avarias (MARX, 1973b, p. 218).

Por essa formulação, o lado do trabalho que é posto tecnicamente pela maquinaria, isto é, o seu caráter de supervisor e de regulador, fica aqui sem mediações com o outro lado desse trabalho, que é a anexação do trabalho à máquina.

As características do trabalho assim socializado, ou seja, por um lado o homem aparece como supervisor e regulador conforme a natureza objetiva da produção, e por outro a atividade do trabalhador aparece como mero apêndice da maquinaria, constam assim, nessa formulação de Marx, como uma contradição sem uma prévia explicação sobre a especificidade da divisão do trabalho decorrente da revolução no fator subjetivo e também sem uma explicação sobre a superação técnica dessa contradição, bem como a sua reprodução potenciada na aplicação capitalista da maquinaria. Por faltar nos *Grundrisse* esse desdobramento conceitual - conclusão esta que obtivemos através da leitura do *O Capital* -, a transposição das forças produtivas do trabalho social em forças do capital também aparece sem mediações teóricas, uma vez que Marx analisa aqui a separação entre capacidades materiais e intelectuais apenas em sua forma mais desenvolvida (representada no sistema de máquinas), sem descrever as etapas desse processo. A esse respeito, as formulações que constam no *O Capital* são bem mais claras:

Os conhecimentos, a compreensão e a vontade, que o camponês ou artesão autônomo desenvolve mesmo que em pequena escala, como o selvagem exercita toda arte da guerra como astúcia pessoal, agora passam a ser exigidos apenas pela oficina em seu conjunto. As potências intelectuais da produção ampliam sua escala por um lado, porque desaparecem por muitos lados. O que os trabalhadores parciais

perdem, concentra-se no capital com que se defrontam. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital (MARX, 1983c, p. 283-284).

A contradição pela qual a grande indústria, por um lado, elimina a divisão manufatureira do trabalho e, por outro lado, a reproduz ainda mais deformada, só poderia ser exposta no ordenamento categorial nos *Grundrisse* se antes Marx tivesse inserido na exposição essa divisão manufatureira do trabalho para, em seguida, poder apresentar a sua superação (eliminação e conservação em novos moldes) pela grande indústria. Essas dificuldades metodológicas de Marx são importantes porque revelam que na medida em que falta uma exposição a respeito da conexão entre ferramenta e máquina, falta também uma formulação consistente sobre o desenvolvimento das tecnologias de produção, fato este que revela uma importante insuficiência das reflexões marxianas sobre a indústria, não obstante os méritos do *O Capital*.

O aperfeiçoamento das máquinas, enquanto aplicação consciente da ciência, “só ocorre quando a grande indústria já alcançou um nível superior e o capital capturou e colocou ao seu serviço todas as ciências; por outro lado, a própria maquinaria existente já garante grandes recursos” (MARX, 1973b, p. 227, Trad. do A.). Nesse estágio de desenvolvimento, a atividade inventiva torna-se objeto de um ramo particular da economia: “as invenções se convertem, então, em um ramo da atividade econômica e a aplicação da ciência à própria produção imediata se torna um critério que determina e incita a esta.” (MARX, 1973b, p. 227, Trad. do A.). O próprio Marx reconhece que este “não é o caminho pelo qual surgiu em geral a maquinaria e menos ainda o caminho pelo qual ela prosseguiu em detalhes.” (MARX, 1973b, p. 227). Ele assim descreve esse curso:

Esse caminho é a análise através da divisão do trabalho, a qual transforma cada vez mais em mecânicas as operações dos trabalhadores, de tal modo que em certo momento o mecanismo pode ser introduzido no lugar deles. O modo determinado de trabalho se apresenta aqui, portanto, diretamente transferido do trabalhador para o capital sob a forma da máquina [...] (MARX, 1973b, p. 227).



No entanto, pela leitura do próprio *O Capital*, sabemos também que a trajetória da produção manufatureira para o sistema de máquinas não se efetuou no sentido de que a divisão do trabalho decompôs cada vez mais a atividade em suas funções básicas, de tal modo que ao final ela fosse substituída por um mecanismo:

É sobretudo falsa a concepção de que a maquinaria moderna assume originalmente operações que a divisão manufatureira do trabalho tinha simplificado. Fiar e tecer foram, durante o período manufatureiro, diversificados em novas espécies, e suas ferramentas foram melhoradas e diversificadas, mas o próprio processo de trabalho não foi de modo algum dividido, permanecendo artesanal. Não é do trabalho, mas do meio de trabalho, que a máquina se origina (MARX, 1984, p. 12).

A cópia feita pela máquina das atividades humanas já simplificadas através da divisão do trabalho caracteriza apenas uma etapa particular de desenvolvimento, tanto da transição histórica da manufatura para a maquinaria, quanto do desenvolvimento tecnológico da maquinaria sobre a base da grande indústria (como no caso, por exemplo, da introdução de robôs industriais nos serviços de soldagem que entraram no lugar de processos de produção já decompostos em funções mecânicas básicas). De modo geral, pode-se concluir que o ponto de partida e a base da grande indústria é a revolução no meio de trabalho, de cuja configuração modificada dependem as alterações na atividade do trabalho.

Não obstante essas dificuldades, Marx separa rigorosamente a configuração material da maquinaria de sua qualidade enquanto capital:

Do fato de que a maquinaria seja a forma mais adequada do valor de uso do capital fixo, não se deduz, de modo algum, que a subsunção à relação social do capital seja a mais adequada e última relação social de produção para o emprego da maquinaria (MARX, 1973b, p. 222).

O confundir-se da configuração material do sistema de máquinas com sua forma específica, enquanto valor que gera valor, é um momento real do processo capitalista de produção. O desenvolvimento do capital fixo torna evidente, portanto, através de seu alcance quantitativo e de sua eficácia, “o grau em que o capital enquanto capital, enquanto poder sobre o trabalho vivo, se desenvolveu e submeteu a si próprio o processo de produção em geral” (MARX, 1973b, p. 222). Consideramos importante notar que o fato da maquinaria, em seu uso capitalista, se tornar uma medida de aferição

do poder do trabalho morto sobre o trabalho vivo não se deve à configuração técnica da maquinaria, uma vez que o trabalho passado que está contido nela é, por um lado, apenas trabalho concreto realizado em meios de trabalho e, por outro lado, ele é valor destinado a gerar valor. Precisamente essa qualidade de ser capital é que explica porque as condições de produção é que empregam o trabalhador, e porque o trabalhador considera estranho a ele os fatores objetivados do processo de trabalho.

Considerando-se a configuração material da maquinaria, sem o seu caráter de ser capital, ela nada mais é do que a expressão objetivada do conhecimento social. Na qualidade de órgão material do trabalhador coletivo, ela é um meio de apropriação da natureza. Se observada como capital fixo, ela também é uma medida de aferição da objetivação das forças produtivas sociais:

O desenvolvimento do capital fixo revela até que ponto o conhecimento ou o *knowledge* social geral se converteu em **força produtiva imediata** e, portanto, até que ponto as próprias condições do processo social de vida passaram ao controle do *general intellect* e foram remodeladas conforme o mesmo. Até que ponto as forças produtivas sociais são produzidas não apenas na forma do conhecimento [*in der Form des Wissens*], como também enquanto órgãos imediatos [*unmittelbare Organe*] da *práxis* social, do processo real de vida (MARX, 1973b, p. 230).<sup>3</sup>

Nesse sentido, o capital fixo é uma medida para se avaliar em que proporção a ciência se objetivou em meios de trabalho e se tornou uma força produtiva imediata, **isto é, uma força produtiva objetivada**. Essa formulação de Marx expressa tão somente o **resultado** da ciência que está representado nos meios de trabalho. Ou seja, expressa o fato de que a ciência, considerada em primeiro lugar apenas como um conhecimento teórico particular, tem que se objetivar através de trabalho adicional – o que, por sua vez, é mediado por uma conexão social complexa - antes de poder contribuir para aumentar a força produtiva do trabalho, ou seja, a ciência não atua **imediatamente** (ou **diretamente**) como força produtiva. Esse é o modo pelo qual interpretamos também as seguintes linhas redigidas por Marx:

As forças produtivas **sociais** do trabalho, ou as forças produtivas do trabalho diretamente **social, socializado** (coletivizado) através da cooperação, da divisão do trabalho na oficina, da aplicação da **maquinaria**, e em geral a transformação do processo de produção em

---

<sup>3</sup> “Força produtiva imediata” (*unmittelbaren Produktivkraft*), no texto de Marx, também pode ser traduzido por “força produtiva direta”.

**aplicação** consciente da ciência natural, mecânica, química etc., para fins determinados, a **tecnologia** etc., assim como os **trabalhos em grande escala** correspondentes a tudo isso etc. (só esse trabalho socializado está em condições de utilizar no processo **imediate** de produção os produtos *gerais* do desenvolvimento humano, como a matemática etc., assim como, por outro lado, o desenvolvimento dessas ciências pressupõe um determinado nível do processo material de produção), esse desenvolvimento da força produtiva do **trabalho socializado**, em oposição ao trabalho mais ou menos isolado dos indivíduos dispersos etc., e com ele a **aplicação da ciência** - esse produto **geral** do desenvolvimento social - ao **processo imediato de produção**, tudo isso se apresenta como **força produtiva do capital**, não como força produtiva do trabalho; ou como força produtiva do trabalho apenas na medida em que esta é idêntica ao capital e, mesmo assim, nunca como força produtiva quer do trabalhador individual, quer dos trabalhadores associados no processo de produção (MARX, 1969, p. 50).<sup>4</sup>

A configuração material da maquinaria que funciona como sistema automático, reforça a ilusão de que o capital fixo é uma fonte autônoma de valor e que é independente do tempo de trabalho, conclusão esta que, se fosse aceita, invalidaria a determinação do valor através do tempo de trabalho. Sobre essa questão, Marx afirma que o capital fixo só pode fornecer valor “na medida em que ele tem valor, isto é, ele próprio é produto do trabalho, uma quantidade determinada de trabalho sob forma objetivada” (MARX, 1973b, p. 224). Por isso, Marx considera um absurdo “querer converter o capital fixo em uma fonte do valor que é independente do tempo de trabalho” (MARX, 1973b, p. 224).

Em resumo, a concepção de Marx sobre o capital fixo enquanto indicador do grau de desenvolvimento social revela como ele consegue decompor o caráter ambíguo da maquinaria em seu emprego capitalista. Pelo aspecto material, ela é uma objetivação da destreza do trabalhador coletivo, um indicador do grau de dominação da natureza e, por outro lado, isto é, pelo seu caráter de ser capital, ela expressa uma relação social que domina o produtor direto.

Além disso, Marx demonstra como a potência técnica da máquina gera, através da redução do tempo de trabalho, as condições para a emancipação do trabalho. Para Marx, o desenvolvimento do capital fixo não apenas assinala o grau de progresso do modo capitalista de produção, **como também inclui a dissolução dessa forma de produção:**

---

<sup>4</sup> A edição brasileira apresenta equívocos graves de tradução (cf. MARX, 1978, p. 55).

Na mesma medida em que o tempo de trabalho - o mero quantum de trabalho - é colocado pelo capital como único elemento determinante, desaparecem o trabalho imediato e sua quantidade como princípio determinante da produção - da criação de valores de uso -; na mesma medida, o trabalho imediato será reduzido quantitativamente a uma proporção mais exígua, e qualitativamente a um momento sem dúvida imprescindível, porém subalterno perante o trabalho científico geral, a aplicação tecnológica das ciências naturais, por um lado, e, por outro lado, perante a força produtiva geral resultante da estruturação social da produção global, força produtiva esta que aparece como dom natural do trabalho social (ainda que [seja, na realidade, um] produto histórico). O capital trabalha assim a favor de sua própria dissolução como forma dominante da produção (MARX, 1973b, p. 222).

Contudo, observamos também que junto com o processo de aplicação sistemática da ciência na produção, por um lado, e a redução do trabalho imediato isolado a um mero momento, por outro lado, ainda não encontramos nos *Grundrisse* explicações para as contradições que levam à necessidade de dissolução do modo de produção capitalista, contradições estas às quais Marx faz referências constantes. Sugerimos que essa lacuna pode ser explicada pelas dificuldades - sobre as quais já discorreremos neste capítulo - encontradas por Marx nos *Grundrisse* para expor os aspectos contraditórios do desenvolvimento das forças produtivas que levam a essa dissolução.

Mesmo quando Marx revela apropriadamente a inversão sujeito-objeto contida na maquinaria em seu uso capitalista, e também o equívoco das concepções dos “opositores do capital” que propunham a eliminação do capital **juntamente** com os seus frutos, ele não chega a formular os aspectos contraditórios da atividade do trabalho com suas mediações e nem a expor a transposição gradual das forças do trabalho em forças do capital, de tal modo que a inversão sujeito-objeto aparece nos *Grundrisse* sem qualquer mediação teórica. Para superar essas lacunas é preciso explicar a conexão entre cooperação, divisão do trabalho e maquinaria, o que de fato é realizado apenas no O Capital. Embora falte nos *Grundrisse* uma consideração mais detalhada da maquinaria, estes manuscritos, porém, destacam a importância de se explicar a metamorfose do meio de trabalho, isto é, a diferenciação entre ferramenta e máquina. Por todas estas ressalvas é que sugerimos um cuidado especial ao se fazer uso de passagens dos *Grundrisse* como expressão de formulações acabadas sobre a ciência e a tecnologia, em particular, e sobre as forças produtivas, em geral.

A tese de Marx de que o desenvolvimento das forças produtivas, impulsionado pelo capital, leva à dissolução do próprio modo capitalista de produção requer, portanto,

que ele passe ao exame da forma capitalista do processo de produção, onde o aumento da força produtiva do trabalho através do sistema de máquinas é apenas um meio e não um objetivo. Ao passar para essa etapa de análise - apesar das dificuldades de ordem metodológica que mencionamos acima -, Marx nos proporciona uma visão da conexão entre o desenvolvimento das forças produtivas, a aplicação tecnológica da ciência e a superação do modo capitalista de produção que é mais abrangente do que aquela que até agora observamos ao considerar esses temas quase que separadamente nos *Grundrisse*. Ele começa por afirmar que:

O **capital fixo**, em sua determinação como meio de produção, cuja forma mais adequada é a maquinaria, produz valor (...) na medida em que aumenta a proporção entre o mais-trabalho e o trabalho necessário, capacitando o trabalho, através do aumento de sua força produtiva, a criar em um tempo mais curto uma massa maior de produtos necessários para a manutenção da capacidade viva de trabalho. (...) O capital só emprega a máquina na medida em que ela capacita o trabalhador a trabalhar para o capital durante uma parte maior de seu tempo (MARX, 1973b, p. 224).

Com base no fato de que a maquinaria é apenas um meio de aumentar a apropriação de mais-trabalho, Marx consegue formular com maior precisão a conexão que é fundamental para o conceito de mais-valia relativa, isto é, a conexão com a redução do valor da mercadoria **força de trabalho** com base no aumento da força produtiva daqueles trabalhos, cujos produtos entram no valor da força de trabalho. Além disso, um outro aspecto desse processo também chamou a atenção do autor dos *Grundrisse*: “aqui, o capital - de maneira totalmente involuntária - reduz a um mínimo o trabalho humano, o gasto de energias. Isto beneficiará o trabalho emancipado e é a condição de sua emancipação” (MARX, 1973b, p. 224) Em outros termos, com a redução do gasto de energias humanas, cujo indicador é a diminuição do valor da mercadoria ou os movimentos em sentidos opostos efetuados pela quantidade de material e pela substância social nesta contida, obtém-se teoricamente uma condição material essencial para o estabelecimento de uma forma de produção que seja superior à capitalista.

Nesse momento da exposição nos *Grundrisse*, seu autor de fato constata o caráter antagônico do desenvolvimento da relação entre matéria e substância social, sem, contudo, demonstrar satisfatoriamente a contradição aí contida, a qual é essencial para se explicar com precisão essas condições de dissolução do capitalismo. Ao se

referir ao modo capitalista de produção, ele afirma que “o pressuposto desta produção é e segue sendo a magnitude de tempo imediato de trabalho, a quantidade de trabalho empregado como o fator decisivo na produção da riqueza” (MARX, 1973b, p. 227). Isso se explica pelo fato de que a valorização do valor é uma *conditio sine qua non* para a existência do modo capitalista de produção. Por outro lado:

Na medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva se torna menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregados, do que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder este que por sua vez - sua poderosa eficácia - não mantém nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa a sua produção, senão que depende muito mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção (o desenvolvimento dessa ciência, essencialmente da ciência natural e, com ela, de todas as demais, está por sua vez em relação com o desenvolvimento da produção material) (MARX, 1973b, p. 227-228).

A riqueza **efetiva** é a massa de valores de uso gerada pela produção social e cujo volume aumenta de acordo com o número de forças de trabalho (considerando-se uma dada força produtiva do trabalho) e com as horas de trabalho gastas por essa mão-de-obra. No entanto, a produção da mais-valia relativa demanda um aumento permanente da produtividade do trabalho e - dentro de um número dado de horas de trabalho - a massa dos produtos aumenta em relação direta com a taxa de crescimento da produtividade, ou seja, se essa taxa de crescimento for maior do que aquela das horas de trabalho gastas no total, então o aumento da massa de valores de uso torna-se mais dependente do incremento da força produtiva e menos dependente do aumento das horas de trabalho. O principal meio de elevar a força produtiva do trabalho, nas condições históricas estudadas por Marx, é precisamente a maquinaria, sendo que o grau de aumento da produtividade depende, por um lado, da quantidade (número, volume) da maquinaria usada e, por outro lado, da qualidade (eficácia) dessa maquinaria.

Por sua vez, a elevação da produtividade do trabalho através do uso crescente de maquinaria significa, ao mesmo tempo, uma substituição de homens por máquinas, embora sendo esta uma substituição virtual no sentido de que um tal aumento da força produtiva tem que ser maior do que o aumento do emprego de trabalho vivo. Para Marx, é evidente que esta tese só pode ter validade, quanto à sociedade em seu conjunto, se o emprego ampliado de maquinaria não significar apenas substituição de trabalho vivo, isto é, se também para a maquinaria, enquanto resultado de dispêndio de trabalho,

ocorrer que o seu volume material e especialmente a sua eficácia cresçam mais do que o tempo de trabalho que é necessário para a sua fabricação. Na evolução do modo capitalista de produção, isso possibilita uma reprodução cada vez mais rápida e um aperfeiçoamento qualitativo do fundo social de meios de produção.

Ainda nos *Grundrisse*, seu autor demonstra que a diferença na relação entre o aumento da massa de valores de uso e o aumento da substância social (valor) nela contida pode ser assim resumida: “a riqueza efetiva se manifesta muito mais - e isso é revelado pela grande indústria - na enorme desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto” (MARX, 1973b, p. 228). Isso significa que, quanto a uma quantidade determinada de valores de uso, a substância social nela contida (valor) tende a zero. Esta auto-superação do valor, isto é, do centro regulador da produção capitalista, revela a necessidade de uma forma superior de produção da riqueza social a partir de uma contradição fundamental para o modo capitalista de produção.

Ao mesmo tempo, verificamos também que Marx não consegue explicar o fim do capitalismo apenas com base numa contradição abstrata entre valor de uso e valor:

Tão logo o trabalho, em sua forma imediata, cesse de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa de ser, e tem que deixar de ser, a sua medida e, portanto, o valor de troca [deixa de ser a medida] do valor de uso. O **mais-trabalho da massa** deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o **não-trabalho de uns poucos** deixa de sê-lo para o desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano. Com isso, se rompe a produção baseada no valor de troca e se retira do processo de produção material imediato a sua forma de necessidade premente e de antagonismo. Livre desenvolvimento das individualidades e, por fim, não a redução do tempo de trabalho necessário com o objetivo de por mais-trabalho, mas sim uma redução em geral do trabalho necessário da sociedade a um mínimo, ao qual corresponde, então, a formação artística, científica etc. dos indivíduos, graças ao tempo que se torna livre e aos meios criados para todos (MARX, 1973b, p. 228-229).

De acordo com essa formulação, o fim do domínio do valor de troca sobre o valor de uso e a superação do não-trabalho de poucos indivíduos através da generalização do trabalho constituem determinações da transição para um modo superior de produção.

Em resumo, as consequências do uso da maquinaria para o produtor direto são evidentes. O produtor direto fica submetido a uma lógica externa a ele, isto é, à lógica da maquinaria, da tecnologia. Por sua vez, essa lógica da tecnologia é determinada por leis físicas, leis da natureza, ou seja:

Como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente das ciências da Natureza. Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material. Na cooperação simples e mesmo na especificada pela divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individual pelo socializado aparece ainda como sendo mais ou menos casual. A maquinaria, com algumas exceções a serem aventadas posteriormente, só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho (MARX, 1984, p. 17).

O processo de apropriação real de riqueza não se limita ao processo de trabalho, uma vez que na sociedade capitalista ele é principalmente processo de produção de valor, e nessa qualidade ele encerra momentos essenciais que podem ser caracterizados como repressivos. Nesse contexto, o trabalho do produtor direto não lhe pertence, mas sim ao capital; as potências sociais da produção associada em grande escala não aparecem como sendo potências sociais do trabalho, mas sim como formas autonomizadas da riqueza social. Assim sendo, o trabalho, a apropriação de uma matéria natural sob modificação intencional de sua forma, não representa para o trabalhador a satisfação de uma necessidade, cujo modo de satisfação recaia em sua própria vontade; o trabalho é para ele um meio de reprodução de sua vida, um meio para satisfazer necessidades fora do trabalho, isto é, apenas fora da esfera de trabalho é que o trabalhador se sente como ser humano:

A partir do momento em que ele entrou na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho, pertence ao capitalista. O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem (MARX, 1983c, p. 154).

Essa subsunção real do processo de trabalho ao capital encerra, portanto, os seguintes momentos:



1. O capital não mantém nenhuma relação particular para com o trabalho específico, senão que comanda qualquer capacidade de trabalho como sendo um instrumento indiferente para ele de gerar valor e mais-valia. Na medida em que a produção capitalista arranca o trabalhador da especialidade unilateral da produção manual ou artesanal tradicional, ela desenvolve, por um lado, as potências espirituais e artísticas do trabalho em oposição à massa dos produtores, tornando aquele tipo de produção uma profissão ossificada (burocratizada) de alguns poucos trabalhadores parciais especializados e, por outro, converte todo o desenvolvimento virtuoso das capacidades e habilidades humanas em uma especialidade da produção industrial, reduzindo de fato a atividade dos assalariados a uma força natural adestrada. Por isso, a tendência a tornar científica a produção altera a composição do trabalhador coletivo, mas para a massa não supera a determinação de que esta é simples força natural adestrada;

2. Com a introdução do sistema automatizado de máquinas, o capital atrofia a atividade particular tornando-a uma função parcial de um robô; o modo de execução da atividade transforma-se na obrigação de funcionar no ritmo do sistema de máquinas. A qualificação detalhada do trabalhador individual de máquina desaparece como uma coisa secundária e efêmera perante a ciência, perante as enormes forças naturais e o trabalho social de massas que estão incorporados ao sistema de máquinas;

3. O processo capitalista de produção prolonga e intensifica a duração do tempo de trabalho além da medida natural ou adequada; o capital não coloca qualquer obstáculo à extração de trabalho vivo. Todo aperfeiçoamento da maquinaria e toda facilitação potencial ou diminuição do trabalho tornam-se meios de tortura, na medida em que a máquina não liberta o trabalhador do trabalho, senão o seu trabalho do respectivo conteúdo.

O processo capitalista de produção tomado em seu conjunto põe, por um lado, o acionamento da liberdade, a realização da potência criadora do indivíduo no processo real de apropriação. A auto-realização do indivíduo ou a possibilidade do trabalho atrativo, que consiste em desfrutar o jogo das próprias forças espirituais e corporais do homem, é subsumida à relação social de dependência e de repressão que aparece, pelo lado do trabalhador, como relação de dominação sobre a externalização de sua vida. O trabalho, segundo Marx, teria um caráter realmente atrativo se ele fosse, em primeiro lugar, trabalho diretamente social e, em segundo lugar, se recebesse um caráter científico contínuo e crescente em vez de se empregar as funções do trabalho como força natural adestrada. A auto-realização do indivíduo através do dispêndio auto-

consciente das próprias forças espirituais e corporais no trabalho, que constitui a base real para a identificação com a atividade particular, é portanto oprimida na sociedade capitalista pela relação de dominação da riqueza objetivada, perante a qual todo trabalho é rebaixado como mera substância indiferenciada do valor.

A análise dos diferentes estágios da dominação do capital em seu processo de produção possibilita a determinação do modo pelo qual essa relação social de repressão aparece para a consciência do trabalhador. As gradações na estruturação do processo social de produção determinam a dimensão em que o conteúdo específico da atividade do trabalho é mera aplicação do trabalho como força natural adestrada. De acordo com a posição específica do indivíduo no processo de reprodução, pode-se saber se a sua identificação com a atividade particular tem ainda um conteúdo fundamentado no próprio trabalho ou se já o perdeu amplamente. Por fim, as formas de dominação do capital no processo de produção também podem ser diferenciadas através dos limites nos quais o trabalhador ainda tem a oportunidade de regular e controlar a duração e intensidade do dispêndio de sua força de trabalho. O grau de identificação com a atividade concreta, que é posto pelo próprio processo de produção do capital, varia na medida em que o capital rouba o conteúdo do trabalho, burocratiza sua execução e intensifica sua duração. Na medida em que ainda haja alguma margem de controle pelo trabalhador, a identificação com o conteúdo concreto da atividade é reproduzida como base determinante para a consciência social e, ao contrário, na medida em que os métodos capitalistas de extração da mais-valia relativa estejam desenvolvidos totalmente e tenham se tornado uma configuração dominante, a identificação com a atividade particular é reduzida a um aspecto subordinado na consciência social. Neste último caso, o caráter repressivo do processo predomina na consciência.

Desse modo, as relações sociais no processo capitalista de produção fundamentam uma consciência de identificação com o trabalho, mas, ao mesmo tempo, com a reprodução e o desenvolvimento dessas relações, elas rebaixam essa identificação para um momento efêmero ou tendencialmente subordinado; essa situação contraditória desenvolve-se de formas diferentes de acordo com a posição do indivíduo no processo de reprodução. Nos escritos de Marx, no entanto, isso não esgota a conexão entre relações sociais e formas de consciência social no processo de reprodução do capital, pois a posição social dos assalariados no processo de produção social não se limita à atitude determinada para com a atividade de trabalho, uma vez que o processo de

produção é sempre um ponto de partida que se repete e um ponto final da atividade vital, isto é, ele é reprodução da existência dos assalariados:

O consumo, enquanto necessidade, é o próprio momento interno da atividade produtiva. Porém esta última é o ponto de partida da realização e, portanto, seu fator predominante, o ato no qual todo o processo torna a se repetir. O indivíduo produz um objeto e, consumindo-o, retorna a si mesmo, porém como indivíduo produtivo e que se reproduz a si mesmo. Desse modo, o consumo aparece como um momento da produção (MARX, 1973a, p. 14).

Observando-se a reprodução da relação entre trabalho assalariado e capital, constata-se que a indiferença do capital para com a existência subjetiva dos assalariados não se fixa na consciência, consciência esta que está fundamentada no fato de que "a relação-capital oculta, na realidade, a conexão interna na total indiferença, exterioridade e alienação, para a qual desloca o trabalhador em relação às condições de realização de seu próprio trabalho" (MARX, 1983a, p. 66). Esse aspecto de indiferença do capital não se firma, sob esta forma, na consciência do trabalhador pelo fato de que o modo capitalista de produção tende "até a computar o desperdício da vida e da saúde do trabalhador e o rebaixamento de suas próprias condições de existência como parte da economia no emprego do capital constante e assim como meios de elevação da taxa de lucro" (MARX, 1983a, p. 67), isto é, o capital tende a submeter inclusive as próprias condições de vida do produtor direto.

Em outros termos, a continuidade do modo capitalista de produção faz com que a indiferença do capital para com a existência subjetiva do trabalhador seja experimentada como repressão, como rebaixamento violento e contínuo de suas forças produtivas e capacidades:

Se a generalização da legislação fabril tornou-se inevitável como meio de proteção física e espiritual da classe operária, ela, por outro lado, generaliza e acelera, como já foi aventado, a metamorfose de processos de trabalho esparsos realizados em pequena escala em processos de trabalho combinados e em larga escala social, portanto a concentração do capital e o domínio exclusivo do regime de fábrica. Ela destrói todas as formas antiquadas e transitórias, atrás das quais a dominação do capital ainda se esconde em parte, e as substitui por sua dominação direta, indistinta. Generaliza, com isso, também, a luta direta contra essa dominação (MARX, 1984, p. 100).

Assim, os assalariados desenvolvem uma relação rebelde para com o capital.

Isso se aplica à ciência, enquanto “produto intelectual em geral do desenvolvimento social” (MARX, 1978, p. 85), na medida em que ela se encontra diretamente incorporada ao capital, isto é, “sua aplicação como ciência, separada do saber e da potencialidade dos operários considerados individualmente, no processo material de produção” (*ibidem*). Observando-se o processo de produção do capital em seu conjunto, constata-se que:

Efetivamente, a unidade *coletiva* na cooperação, a combinação na divisão do trabalho, o emprego das forças naturais e das ciências, dos produtos do trabalho como **maquinaria**, tudo isso se contrapõe aos operários individuais autonomamente, como algo **alheio, objetivo, preexistente** a eles, que ali estão, sem a sua participação, e frequentemente contra ela, como meras formas de existência dos **meios de trabalho** que os **dominam** e que são independentes deles na medida em que [são] **objetivas** [...] (MARX, 1978, p. 86).

Essa situação de alienação das potências do trabalho em relação ao produtor direto torna-se ainda mais evidente no emprego sistemático da maquinaria, quando, então, “as condições de trabalho também surgem como dominando o trabalho do ponto de vista tecnológico, e ao mesmo tempo o substituem, oprimem-no, tornam-no supérfluo em suas formas autônomas” (MARX, 1978, p. 86).

O mesmo ocorre com as forças naturais e com a ciência que, ao serem incorporadas ao capital, passam a se opor ao agente direto da produção como potências que pertencem ao capital e, conseqüentemente:

[...] toda essa utilização - fundada no **trabalho social** - da ciência, das forças naturais e dos produtos do trabalho em grandes quantidades, não surge ante o trabalho senão como **meios de exploração** do trabalho, como meios de apropriar-se do trabalho excedente, e, portanto, como **forças** pertencentes ao capital. O capital, naturalmente, só utiliza esses meios para explorar o trabalho; mas para explorá-lo tem que aplicá-los à produção. E desse modo, o desenvolvimento das forças produtivas **sociais** do trabalho e as condições desse desenvolvimento apresentam-se como **obra do capital**, ante as quais não só o operário individual se conduz passivamente, mas que agem em oposição a ele (MARX, 1978, p. 87).

Em síntese, o resultado geral desse processo complexo de inversão sujeito-objeto e de alienação é que:

A transposição das forças produtivas sociais do trabalho em propriedades objetivas do capital, instala-se a tal ponto na imaginação,

que as vantagens da maquinaria, a aplicação da ciência, dos inventos etc., se representam em forma **alienada**, como forma **necessária**, e, portanto, tudo isso se apresenta como **propriedades do capital**. O que aqui serve de base é: 1) a forma sob a qual, baseando-se na produção capitalista, e, portanto, também na consciência dos que nela estão implicados, a questão se apresenta; 2) o fato histórico de que pela primeira vez, e diferentemente dos modos de produção anteriores, esse desenvolvimento tem lugar no modo de produção **capitalista**, pelo que o caráter *oposto* desse desenvolvimento parece **imane**nte a ele (MARX, 1978, p. 90).

## Referências

MARX, Karl. **Resultate des Unmittelbaren Produktionsprozesses**. Das Kapital. I. Buch. Der Produktionsprozess des Kapitals. VI. **Kapitel**. Frankfurt: Verlag Neue Kritik, 1969 (trad. do A.).

\_\_\_\_\_. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política** - (borrador) 1857-1858. v. 1, Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, 1973a (Trad. do A.).

\_\_\_\_\_. ebenda, v. 2, 1973b (Trad do A.).

\_\_\_\_\_. **O Capital**, Livro I. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978. cap. 6 (inédito).

\_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da Economia Política**. v. 3, tomo I, São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

\_\_\_\_\_. ebenda, v. 3, tomo 2, 1983b.

\_\_\_\_\_. ebenda, v. 1, tomo 1, 1983c.

\_\_\_\_\_. ebenda, v. 2, 1983d.

\_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da Economia Política**. v. 1, tomo 2, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

NEGRI, Antonio e LAZZARATO, Maurizio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

NEGRI, Antonio. **Os conflitos do império**. [maio 2009]. Entrevistador: Coryntho Baldez. Jornal da UFRJ. Rio de Janeiro, p. 6-7, maio 2009.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2006.